

ENLACES ENTRE RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTADO DO CONHECIMENTO

ENLACES BETWEEN GENDER RELATIONS AND PROFESSIONAL EDUCATION: A STATE OF KNOWLEDGE

ENLACES ENTRE LAS RELACIONES DE GÉNERO Y LA FORMACIÓN PROFESIONAL: UN ESTADO DEL CONOCIMIENTO

Kelly Aline Hipólito de Medeiros¹
Cristiane de Brito Cruz²

RESUMO: O presente estudo trata-se de um estado do conhecimento acerca da produção científica sobre relações de gênero e Educação Profissional (EP) na plataforma SciELO. Para tanto, a metodologia empregada compreende a seleção dos artigos que discutem esses temas, bem como a análise através da Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiuzzi (2006). Foram utilizadas duas ferramentas para facilitar o processo de seleção e análise dos artigos: o gerenciador de referências Zotero e o aplicativo web Rayyan. Os dados obtidos com esse estudo revelam que há uma falha no que diz respeito a igualdade com que a SciELO abarca periódicos, já que a maioria dos artigos encontrados são provenientes do sudeste, centro-oeste e sul do Brasil. Além disso, nos mostra que a maioria dos artigos escritos sobre relações de gênero e educação são de autoria feminina. Por fim, fica evidente a necessidade de produzir mais sobre relações de gênero a fim de enfraquecer progressivamente os determinismos existentes em nossa sociedade em razão do sexo biológico dos sujeitos.

1097

Palavras-chave: Relações de gênero. Educação Profissional. Estado do conhecimento.

ABSTRACT: This study is a state of knowledge about scientific production on gender relations and Professional Education (PE) on the SciELO platform. To this end, the methodology we have used includes the selection of articles that discuss these topics, as well as analysis using the Discursive Textual Analysis (DTA) of Moraes and Galiuzzi (2006). Two tools were used to facilitate the article selection and the analysis process: the Zotero reference manager and the Rayyan web application. The data obtained from this study shows that there is an absence regarding the equality with which SciELO covers journals, since most of the articles found come from the Southeast, Midwest and South of Brazil. It also shows that most articles written on gender relations and education are made by women. Finally, there is a clear need to produce more on gender relations to progressively weaken the existing determinisms in our society based on the biological sex of the individuals.

Keywords: Gender relations. Profesional education. State of knowledge.

¹Professora de química e mestranda em Educação Profissional no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

²Professora de língua inglesa e doutoranda em Educação Profissional no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

RESUMEN: Este estudio es un estado del conocimiento sobre la producción científica sobre relaciones de género y Educación Profesional (EP) en la plataforma SciELO. Para ello, la metodología utilizada incluye la selección de artículos que discuten estos temas, así como su análisis mediante el Análisis Textual del Discurso (ADT) de Moraes y Galiazzi (2006). Para facilitar el proceso de selección y análisis de los artículos se utilizaron dos herramientas: el gestor de referencias Zotero y la aplicación web Rayyan. Los datos obtenidos en este estudio revelan que existe una deficiencia con relación a la igualdad con que SciELO cubre las revistas, ya que la mayoría de los artículos encontrados provienen del sudeste, centro-oeste y sur de Brasil. También muestra que la mayoría de los artículos escritos sobre relaciones de género y educación son de mujeres. Por último, es evidente la necesidad de producir más sobre relaciones de género para socavar progresivamente los determinismos que existen en nuestra sociedad basados en el sexo biológico de las personas.

Palabras clave: Relaciones de género. Formación profesional. Estado del conocimiento.

MULHERES, EDUCAÇÃO E TRABALHO: NOTAS TEÓRICAS E INTRODUTÓRIAS

Esse texto discute, ainda que de forma breve, o lugar ocupado pelas mulheres nos estudos que tratam de Educação Profissional (EP). Nosso olhar se volta para a educação, procurando compreender se e como as produções científicas do tipo artigo discutem relações de gênero e Educação Profissional com foco em mulheres. Nessa busca, também investigamos quem são as pessoas que mais produzem sobre esse tema.

1098

Inicialmente, é preciso entender as delimitações deste estudo. Ao falar em relações de gênero nos referimos aqui às relações de gênero que tratam das mulheres especificamente. Essa delimitação precisa ser esclarecida logo de início, em primeiro lugar para situar o leitor nessa discussão e, em segundo lugar, por uma questão política, por se tratar de um artigo escrito por duas mulheres que pesquisam sobre mulheres. Além disso, é necessário que se compreenda que a discussão que será aqui tecida se apoia fortemente nas construções teóricas de Federici (2021), não com intuito de negar a relevância de outros autores que tratam de capitalismo, mas para compreender esse sistema de acumulação por meio de um olhar feminista.

No Brasil, as Escolas Normais – criadas entre 1830 e 1840 – possibilitaram às mulheres a instrução das letras iniciais e, posteriormente, a capacitação profissional. Em 1942, a Reforma Capanema, de acordo com Rosemberg (2018), proibia a coeducação – a existência de classes mistas com meninos e meninas. As Escolas Normais preparavam as mulheres para a docência das crianças e apenas em 1971, com a Lei 56.692/71, que alterou a Lei 4.064/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)³ –, os cursos das escolas normais se equipararam aos cursos regulares

³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

de nível médio e as mulheres puderam ingressar em cursos superiores (Rosemberg, 2018). Algumas mulheres de classe social mais alta já cursavam nível superior, cuja autorização ocorreu em 1879 de acordo com (Matos e Borelli, 2018). Segundo Santos (2018),

A reforma de ensino de 2º grau foi idealizada e posta em prática nos governos militares. Tal reforma foi imposta com a lei nº 5692/71, tendo como princípio orientador, o terminal. O princípio da terminalidade, no âmbito dessa reforma educacional, caracteriza o controle da educação para o mercado de trabalho. Na medida em que essa reforma constituiu-se obrigatoriamente profissional, o currículo por ela proposto também se moldou aos anseios do mercado de trabalho. Tal proposta revela-se como impedimento do acesso da maioria da população à Universidade (Santos, 2018, p.17)

Tal reforma vai de encontro às ideias emancipatórias defendidas pela *educação politécnica*, que faz frente ao ideal neoliberal capitalista de exploração dos trabalhadores. Grosso modo, segundo Ciavatta (2014, p.189), a Educação Politécnica é “a educação articulada ao trabalho como instrumento de emancipação humana na sociedade capitalista.” Não é de hoje que há uma separação do espaço que é tido como próprio do homem do espaço que é destinado às mulheres⁴, é verdade que com o tempo houve uma diminuição dessas imposições às mulheres, no entanto muitas visões deterministas ainda perduram. Nesse sentido, alguns autores – como Safiotti (1987); Benhabib (2006) – falam sobre a dicotomia público-privado enquanto separação dos lugares para homens e mulheres, respectivamente.

Todas las luchas contra la opresión en el mundo moderno comienzan por redefinir lo que previamente se consideró «privado», no público y cuestiones no políticas como asuntos de interés público, de justicia, o espacios de poder que necesitan de la legitimación discursiva (Benhabib, 2006, p.118)⁵.

A divisão sexual do trabalho – e com ela a separação entre o público (homens) e o privado (mulheres) –, foi constituída ao longo do tempo. A sociedade impôs às mulheres e aos homens papéis sociais que eram ancorados em justificativas biológicas como se fossem naturais e não imposições relacionadas à dominação masculina e subordinação feminina. De acordo com Federici (2019) foi uma ideologia que opunha a família, o pessoal, o privado e o trabalho improdutivo (mulher) à fábrica, ao social, ao público, ao trabalho produtivo (homens), o que contribuiu para a “escravização” das mulheres ao trabalho doméstico e aos cuidados, tarefas não remuneradas, como atos de amor. Tal ideologia “está profundamente arraigada na divisão

⁴ “O trabalho doméstico é fundamental na vida das sociedades, ao proporcionar seu funcionamento e reprodução, e na vida das mulheres. E um peso nos seus ombros, pois é responsabilidade delas. E um peso também na sua identidade: a dona-de-casa perfeita é o modelo sonhado da boa educação, e torna-se um objeto de desejo para os homens e uma obsessão para as mulheres. O caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona-de-casa. Isso se espera também da perfeita secretária: que ela coloque flores e que cuide de seu patrão” (Perrot, 2007, p.114-115).

⁵ Todas as lutas contra a opressão no mundo moderno começam por definir o que previamente se considerou “privado”, não público, e questões não políticas como assuntos de interesse público, de justiça ou espaços de poder que necessitam de legitimação discursiva (Tradução nossa).

capitalista do trabalho, que encontra uma de suas expressões mais nítidas na organização da família nuclear” (Federici, 2019, p.77). Por essa razão, é necessário pensar para além da divisão biológica e alcançar uma discussão amparada nas relações de poder que estabelecem as funções sociais e políticas dos indivíduos.

Em *O poder do macho*, Safiotti (1978) afirma que é necessário compreender que os determinismos que estão postos para homens e mulheres, e que são justificados pela biologia, são socialmente construídos apesar de parecerem naturais. Sendo assim, é importante pensar no contexto político e social em que estamos inseridos/inseridas para compreender os motivos pelos quais as mulheres foram vistas durante muito tempo como aquelas que deveriam se deter às tarefas do cuidado⁶, enquanto ao homem cabia a vida pública.

Historicamente estamos inseridos em uma sociedade patriarcal e economicamente fazemos parte de uma sociedade capitalista. Essas duas características não podem ser deixadas de lado quando desenvolvemos trabalhos sobre relações de gênero e, mais especificamente, quando desenvolvemos pesquisas que se posicionam politicamente como feministas. Essa, no entanto, é uma via de mão dupla, uma vez que a perspectiva feminista é de suma importância para a compreensão do sistema capitalista em que estamos incluídos, conforme Federici (2021) defende:

[...], a perspectiva feminista é essencial para uma análise do capitalismo, pois demonstra que, assim como o racismo e o etarismo, o machismo é um elemento estrutural do desenvolvimento capitalista, uma força material a se interpor no caminho de qualquer transformação social verdadeira, que não pode ser derrotada (como Marx acreditava) pela entrada das mulheres nas fábricas e pelo trabalho ao lado dos homens, mas exige, em vez disso, que as mulheres se rebelem contra a dominação masculina e suas bases materiais (Federici, 2021, p. 17).

A autora enxerga a entrada das mulheres nas fábricas como algo importante, porém insuficiente. Sendo assim, cabe questionar: por que as mulheres entraram nas fábricas, tendo em vista a sociedade patriarcal em que estavam inseridas? Harvey (1993) faz uma análise breve sobre a entrada das mulheres nas fábricas durante a transição do fordismo para a acumulação flexível quando afirma que

[...] as novas estruturas do mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente demitíveis pelo trabalho feminino mal pago (Harvey, 1993, p. 146).

⁶ Segundo Kergoat (2017, p.19): “O cuidado não é apenas uma atitude de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Assim, podemos defini-lo como uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem.” Definição construída pela autora durante o *Colóquio Teorias e práticas do cuidado* (2013, Paris-França) e incluída no texto de 2017.

O autor aborda um ponto importante: a entrada das mulheres nas fábricas tinha como objetivo baratear os custos com mão de obra, contribuindo para alcançar o máximo de lucro nas empresas. É possível enxergar um viés de precarização do trabalho feminino, uma vez que as mulheres, segundo o autor, eram mal remuneradas e mais suscetíveis à demissão. Não há como afirmar que a transição do fordismo para a acumulação flexível tinha como objetivo a precarização do trabalho, mas é evidente que a entrada das mulheres no ambiente fabril traz essa marca e isso ocorreu mesmo no caso dos homens brancos.

De acordo com Perrot (2007), a educação profissional feminina na década de 1950 – mesmo na Europa – era bastante restrita a cursos de costura, bordado e atividades consideradas mais “femininas” que, apesar de não servir para a capacitação profissional, ajudavam a “desenvolver uma habilidade manual muito apreciada nas linhas de montagem” (Perrot, 2007, p.121). Daí por que as mulheres receberem elogios pelas aptidões, mas isso fazia parte do processo de *subqualificação feminina* que acarretava uma remuneração inferior⁷. Marçal (2017) argumenta que o pensamento dos primeiros economistas era de que as mulheres deveriam fazer os trabalhos domésticos e do cuidado e o homem era o *Ganha-pão* da família tradicional. Segundo a autora,

O homem vestia o terno e a mulher vestia o avental porque ela era melhor no trabalho doméstico. Se o homem usasse o avental, seria menos eficiente, e a família como um todo sairia perdendo. Como os economistas sabiam disso? Bem, se a família não se beneficiasse das mulheres cuidando da casa, então os homens é que estariam cuidando. E não estavam. Eles não formularam nenhum argumento real segundo o qual as mulheres seriam mais eficientes domesticamente. Quando escreviam algo, era uma breve afirmação relacionada com a biologia (Marçal, 2017, p.43).

Ora, historicamente as mulheres foram destinadas às tarefas domésticas e ao cuidado dos filhos, essa seria sua aptidão natural. Guillaumin (2014, p.63) afirma que os homens (pais e maridos) socialmente detêm a propriedade das mulheres⁸ e, nesse sentido, a divisão sexual do trabalho é premissa para a dominação patriarcal dos homens para com as mulheres.

Para Perrot (2007), com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), na Inglaterra e na França, “as mulheres substituem, na retaguarda, os homens que foram mobilizados para a frente de batalha.” A autora aponta que a entrada de milhares de mulheres nas fábricas, as “municionetes” – operárias das indústrias de munição –, faz com que as fábricas realizem mudanças como a divisão do trabalho, reorganização de seus espaços, locais de aleitamento e inclusão de

⁷ A Lei 14.611 de 03/07/2023 trouxe para as mulheres brasileiras um avanço, pois dispõe da igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens para a realização de trabalho de igual valor ou no exercício da mesma função é obrigatória. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/14611.htm.

⁸ “Essa propriedade exprime-se igualmente pela natureza de certas tarefas realizadas. Sabe-se que certas tarefas são empiricamente associadas à relação social de apropriação corporal, ao fato de os dominados serem propriedades materiais. [...] As tarefas de manutenção material dos corpos, tanto dos corpos dos dominantes, de cada um dos proprietários na escravidão e no casamento, como, ao mesmo tempo e igualmente, daquele das outras propriedades desses mesmos proprietários, compreendem alimentação, cuidados, limpeza, criação, manutenção sexual, apoio afetivo-psicológico etc. (Guillaumin, 2014, p.63, grifos da autora).”

supervisão feminina “cujos relatórios constituem um precioso testemunho sobre as mulheres na fábrica” (Perrot, 2007, p. 120).

A autora afirma que à época acreditava-se que em relação às mulheres “a fábrica, com suas máquinas, sua sujeira, suas promiscuidades sexuais, não era para elas.” Acrescenta ainda que, durante um congresso operário em 1867, um congressista declarou: “Para o homem, a madeira e o metal. Para a mulher, a família e os tecidos” (Perrot, 2007, p. 119). Nas fábricas, seu trabalho era visto como inferior ao dos homens já que os homens eram socialmente considerados aptos ao trabalho nas fábricas. Dessa forma,

As famosas "qualidades inatas" das mulheres recobrem, na realidade, qualificações adquiridas, resultados de aprendizagens pacientes e pouco formalizadas. Esse processo está no centro da famosa subqualificação feminina, pretexto para sua remuneração inferior (Perrot, 2007, p.121).

O trabalho doméstico, imposto às mulheres, era tido como um lugar natural da psique a da personalidade feminina na divisão sexual do trabalho, que, de acordo com Federici (2019, p.109), “confinava as mulheres ao trabalho reprodutivo (não assalariado) e os homens à produção (assalariada) de mercadorias” que moldaram as relações de poder entre o homem e a mulher, que “não teve alternativa a não ser depender de homens para sua sobrevivência econômica e se submeter à disciplina que vem com essa dependência.”

Quando debruçamos nosso olhar sobre o trabalho feminino na docência essa desigualdade também se mostra em diversos momentos. É preciso que se tenha em mente que a história das mulheres na educação e, principalmente na Educação Profissional, ocorreu de forma lenta, uma vez que esse não era o lugar próprio para elas (Araújo; Oliveira, 2022). Apenas durante o século XIX é que há uma primeira preocupação acerca de educação feminina, no entanto com um objetivo voltado para a educação do lar. As primeiras iniciativas que dizem respeito à Educação Profissional surgem durante o governo do então presidente Nilo Peçanha, contudo com o intuito de atender ao público masculino (Araújo; Oliveira, 2022).

Perrot (2007, p. 121) afirma que na década de 1950, na Europa, muitas mulheres “frequentavam um curso profissionalizante de costura que não lhes servia mais para nada, a não ser desenvolver uma habilidade manual muito apreciada nas linhas de montagem”. A autora afirma que à época as qualidades “inatas” das mulheres eram “resultados de aprendizagens pacientes e pouco formalizadas.” O que levava, de acordo com a autora, à *subqualificação* feminina que era pretexto para menores salários.

Durante o período da Ditadura Militar (1964 a 1985), o movimento feminista ganha força no que diz respeito às lutas de resistência, apesar da época sombria em que o Brasil se

encontrava. Porém, se mantinha nesse período uma visão da mulher como protagonista do lar, o que pode ser percebido pela inclusão de áreas de estudo como “educação para o lar” e “economia doméstica” (Cunha, 2014, p. 916).

A partir da redemocratização, em meados da década de 1980, houve uma busca por recuperar aquilo que a ditadura havia tirado da sociedade. É nesse cenário que é promulgada a Constituição de 1988, trazendo inovações na relação entre Estado e promoção de políticas públicas (Araújo; Oliveira, 2022). Os autores afirmam, no entanto, que

[...], foi apenas em 1996 que as políticas educacionais experimentaram importantes mudanças, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.393/1996, ou Lei Darcy Ribeiro) reorganizou praticamente todo o sistema de ensino brasileiro. (Araújo; Oliveira, 2022, p.11)

Aranha (2006) declara que, apesar de importante, a LDB sofreu diversas críticas porque não garantia a democratização do ensino e deixava uma parte das obrigações que deveriam ser do Estado para o setor privado. É importante destacar que estudiosos como Saviani (2007) trata da importância dos avanços vivenciados nas últimas décadas, porém afirma que ainda é forte a dualidade entre a Educação em geral e a Educação Profissional. Além dessa dualidade, é possível observar uma dualidade de gênero, cuja superação é urgente e cujas estruturas precisam ser questionadas, pesquisadas para enfim, caminhar rumo a um ambiente acadêmico em que haja de fato equidade entre homens e mulheres (Araújo; Oliveira, 2022).

CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO CONHECIMENTO

Este estudo foi construído com base em uma pesquisa realizada na base de dados SciElo, em agosto de 2023, e trata-se de um Estado do Conhecimento, que é conceituado como a “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica” (Morosini e Fernandes, 2014, p.155). Tal tipo de investigação, para os autores, vai além e coloca aquilo que é produzido nas ciências em um espaço que irá determinar sua especificidade temática.

Para essa busca foram utilizados os descritores gênero, Educação Profissional e mulheres, o que nos retornou um volume muito grande de trabalhos, muitos deles distantes do que era nosso foco de pesquisa. No que diz respeito ao descritor gênero, por exemplo, a plataforma compreende gênero como aquilo que diferencia homens de mulheres, mas também como o que diferencia os diferentes tipos de textos.

Como mecanismo para contornar essa dificuldade, optamos pela busca relacionando os descritores, ou seja, utilizando *and* entre os descritores, dessa maneira a base de dados buscaria por trabalhos que tratassem de gênero, Educação Profissional e mulheres ao mesmo tempo. Ao fim dessa busca, foram encontrados 40 materiais que relacionavam esses três descritores. Como nosso objetivo era trabalhar apenas com artigos científicos, utilizamos o filtro Tipo de literatura para encontrar apenas artigos, o que nos retornou 32 artigos.

Após essa busca, os artigos encontrados foram exportados para o gerenciador de referências Zotero e organizados em uma pasta intitulada Relações de gênero e Educação Profissional. A escolha pela utilização dessa ferramenta digital e do Rayyan, que será tratado no próximo parágrafo, provém da necessidade de otimizar o trabalho durante a fase de seleção dos artigos, o que vai ao encontro do que é trabalhado por Soares *et al* (2019), quando defende que o uso dessas tecnologias é um tema emergente nas ciências, pois otimiza o processo de trabalho dos pesquisadores. O Zotero, por exemplo, possui uma ferramenta em que as referências de cada trabalho analisado é construída nas normas da ABNT, restando apenas algumas poucas correções.

A pasta Relações de gênero e Educação Profissional do Zotero foi exportada para o aplicativo web Rayyan, com o objetivo de fazer uma primeira triagem a partir da leitura dos resumos e palavras-chave de cada um dos artigos. Essa primeira leitura teve como objetivo delimitar o tema tratado quanto à aplicação dos critérios de seleção dos artigos a serem analisados. Os critérios de seleção dos artigos podem ser vistos no quadro 01:

Quadro 01 – Critérios de seleção dos artigos analisados.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS ARTIGOS

O artigo deve tratar do tema pretendido: mulheres e educação profissional.

O artigo deve tratar de relações de gênero com foco em mulheres.

O artigo deve trabalhar o tema no contexto brasileiro.

Fonte: Medeiros e Cruz, 2024.

Os artigos cujas respostas para tais perguntas fossem positivas foram selecionados, ou seja, apenas foram entendidos como relevantes para este estudo os artigos que estivessem dentro do tema pretendido, que tivessem suas discussões com foco em mulheres e que trabalhassem no

âmbito do Brasil. Após esse crivo, foram selecionados 09 artigos para compor o corpus de análise do presente estudo e cujas informações principais constam na quadro 02:

Quadro 02 – Artigos selecionados para análise.

Nº	Título do artigo	Autores e ano	Fonte (revista)
01	Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação	Arce (2001)	Cadernos de Pesquisa
02	Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940	Azevedo e Ferreira (2006)	Cadernos Pagu
03	Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior	Ferreira, Teixeira e Ferreira (2022)	Revista Katálysis
04	Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969)	Ferreira (2008)	História, Ciências, Saúde- Manguinhos
05	Perfil e percepções de futuras educadoras do campo a partir do ingresso em Universidade Pública	Gislotti et al (2021)	Educação e Pesquisa
06	Discutindo gênero na educação profissional e tecnológica: conquistas, desafios, tabus e preconceitos	Incerti e Casagrande (2021)	Cadernos Pagu
07	Viés de gênero na escolha profissional no Brasil	Pessoa, Vaz e Botassio (2021)	Cadernos de Pesquisa
08	Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”	Silva e Ribeiro (2014)	Ciência e Educação (BAURU)
09	Educação física, gênero e mercado de trabalho: percepções de mulheres sobre a futura área de atuação profissional	Ungheri et al (2022)	Trabalho, Educação e Saúde (TES)

1105

Fonte: Medeiros e Cruz, 2024.

Como última etapa, os artigos selecionados foram lidos em sua íntegra e analisados a partir da Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiazzi (2006), uma forma de análise que transita entre a análise de conteúdo e a análise do discurso e que

Pode ser caracterizada como exercício de produção de metatextos, a partir de um conjunto de textos. Nesse processo constroem-se estruturas de categorias, que ao serem transformadas em textos, encaminham descrições e interpretações capazes de apresentarem novos modos de compreender os fenômenos investigados (Moraes e Galiazzi, 2014, p. 89).

Por meio da ATD, pretendeu-se compreender de que maneira os artigos analisados trabalham relações de gênero e Educação Profissional. Para tanto, o corpus foi analisado por meio das categorias trabalho e gênero, conforme pode ser visto nos resultados na próxima seção deste artigo.

RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O QUE DIZEM OS TEXTOS SELECIONADOS?

Em primeiro lugar é necessário falar sobre a escassez de artigos que discutem relações de gênero na Educação Profissional. A escolha pela base de dados SciELO foi pensada com o objetivo de contornar essa escassez, já que cobre um número grande de periódicos. No entanto, mesmo optando pela busca na SciELO, os artigos encontrados foram poucos, o que nos desperta para a importância de que mais pesquisas sobre relações de gênero na educação sejam realizadas.

Observamos que o número de produções que tratam de relações de gênero em Educação Profissional vem aumentando ao longo dos anos, conforme pode ser notado quando observamos os anos de publicação dos artigos analisados: dos 09 artigos, 05 são dos últimos dois anos. Os demais artigos foram produzidos em anos distintos. O artigo 02, por exemplo, foi publicado 5 anos após o artigo 01.

Ao quantificar o sexo dos autores dos 09 artigos selecionados, percebemos que 19 eram mulheres e 4 eram homens, o que pode nos indicar quem são os sujeitos que mais se preocupam com pesquisas que tratem de relações de gênero em Educação, inclusive por uma questão de reconhecimento com a causa. Quando olhamos a autoria de cada artigo individualmente, percebemos também que, em todos eles, sempre há pelo menos uma mulher envolvida na autoria dos artigos analisados.

Louro (1997, p. 88) aponta que muitos afirmam que a “escola é feminina” e “é, primordialmente, um lugar de atuação de mulheres”. Cabe salientar que a escola vista como feminina é a escola de educação infantil ou infanto-juvenil. Quando se trata da academia e/ou universidade, esse é um espaço cujas características são predominantemente vistas como masculinas. A autora afirma que elas organizam a escola e que esse é um lugar de cuidado, vigilância e educação, que são atividades atribuídas às mulheres. Nesse sentido, a mulher teria maior habilidade para a docência na Educação Infantil, uma vez que seria o cuidado um domínio da mulher. A autora afirma ainda que outro ponto de vista seria de que a escola é masculina uma vez que é

Um universo marcadamente masculino — não apenas porque as diferentes disciplinas escolares se construíram pela ótica dos homens, mas porque a seleção, a produção e a transmissão dos conhecimentos (os programas, os livros, as estatísticas, os mapas; as questões, as hipóteses e os métodos de investigação “científicos” e válidos; a linguagem e a forma de apresentação dos saberes) são masculinos (Louro, 1997, p. 89).

O ambiente escolar é feminino (a sala de aula, o trabalho direto com as crianças, o cuidar), mas a estrutura escolar é masculina, porque o pensar as políticas educacionais, o gerir a

educação, o pesquisar os métodos e a organização social da escola, esses seriam temas que comporiam o trabalho intelectual, político masculino. Carvalho (2000, p.144-145) argumenta que quanto maior a posição na trajetória da educação básica e superior maior o *prestígio social* e maior a *remuneração* além de maior a percepção do trabalho como “intelectual e técnico” – tanto mais velho sejam os alunos – e quanto menor o nível – menor idade dos alunos – mais relação do trabalho como “relacional, afetivo” e que envolve os “cuidados” com outras pessoas. Ainda nesse sentido, existe a ideia de que os homens produzem mais que as mulheres.

No artigo 04, a autora faz uma reflexão sobre a produtividade científica, elencando o casamento e a maternidade como fatores que podem interferir no número de publicações do/da cientista:

Embora as investigações, baseadas em metodologias quantitativas, procurem flagrar as diferenças de gênero em descrições pormenorizadas dessas variáveis, dois fatores em particular atraem o interesse dos estudiosos: casamento e maternidade. Frequentemente esses fatores são mais relacionados às mulheres do que aos homens (Ferreira, 2008, p. 46).

Quando se faz um recorte combinando as categorias gênero e raça, esses são fatores que interferem na participação de mulheres negras na docência de nível superior (Ferreira; Teixeira e Ferreira, 2022), assim, a docência de nível superior seria um lugar privilegiado destinado aos homens brancos. Os autores afirmam ainda que

[...] o ambiente acadêmico foi construído como um espaço de segregação racial, em que é frequente a invisibilidade da mulher negra na docência universitária de instituições de ensino públicas e privadas (Ferreira; Teixeira; Ferreira, 2022, p. 306).

O ambiente acadêmico é por vezes marcado por uma separação, mesmo que velada, seja por questões de gênero, que é o foco deste trabalho, ou por questões raciais, ou as duas. Em todos os artigos essa visão permanece e é fundamentada tendo como base a fala de autores e autoras que tratam dessa questão. Isso nos suscita a necessidade de que essas estruturas existentes na academia sejam questionadas a fim de propor mudanças para que possamos caminhar em busca de um futuro com mais paridade entre as funções exercidas por homens e mulheres

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada foi percebido que é necessário produzir ainda mais sobre relações de gênero e Educação Profissional. Os artigos analisados tratam de temas distintos, porém uma discussão é recorrente: qual o lugar da mulher na Educação Profissional? Para responder essa pergunta e para entender as engrenagens que moldam a história das mulheres na

educação é necessário se apropriar de leituras que são por vezes dolorosas, porém indispensáveis para a ruptura das construções sociais que ainda perduram.

É preciso garantir condições de trabalho equivalentes para homens e mulheres, abandonando os falsos determinismos que nada têm de naturais. Esse, no entanto, é um movimento que precisa ser coletivo e constante, tal quais outros movimentos que culminaram em resultados como a garantia do direito ao voto feminino em 1932. É necessário que não apenas as mulheres trabalhem nesse sentido, mas também os homens, como sujeitos que não são superiores ou inferiores, mas iguais.

Por fim, e para além da discussão pretendida com esse artigo, destacamos a importância de que sejam desenvolvidos trabalhos que tratem de relações de gênero com recorte de raça, sendo esse um meio de tornar as pesquisas feministas ainda mais acolhedoras. As mulheres têm as mesmas capacidades que os homens tanto nas áreas acadêmicas quanto na realização de tarefas de quaisquer profissões, essa já deveria ser uma questão superada, mas ainda se faz necessário reforçá-la para que seja, de fato, implementada na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M. L. A. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, E. R. L.; OLIVEIRA, J. C. P. Educação Profissional e Tecnológica sob uma perspectiva de Gênero: uma breve retrospectiva da trajetória da educação feminina no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, 2022, v. 1, n. 22.

ARCE, A. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de pesquisa**, 2001, 167-184.

AZEVEDO, N.; FERREIRA, L. O. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, 2006, 213-254.

BENHABIB, S. **El ser y el otro en la ética contemporánea.** Trad. de G. Zadunaisky. Gedisa, Barcelona, 2006.

CARVALHO, M. P. Gênero e política educacional em tempos de incertezas. In: HYPÓLITO, Á. M.; GANDIN, L. A. (orgs.). **Educação em tempos de incertezas.** Horizonte: Autêntica. 2000.

CIAVATTA, M. O Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral. Por Que Lutamos? **Revista Trabalho & Educação**. 2014, v. 23, n. 1, 187-205.

CUNHA, L. A. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de pesquisa**, 2014, v. 44, 912-933.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**: Notas sobre Marx, gênero e feminismo (v. 1). São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

FEDERICI, S. Salários contra o trabalho doméstico (1975). In: **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante Editora, 2019.

FERREIRA, E. M.; TEIXEIRA, K. M. D.; FERREIRA, M. A. M. Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior. **Revista Katálysis**, 2022, v. 25, 303-315.

FERREIRA, L. O. *et al.* Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, 2008, v.15, 43-71.

GISLOTI, L. Jane *et al.* Perfil e percepções de futuras educadoras do campo a partir do ingresso em Universidade Pública. **Educação e Pesquisa**, 2021, v. 47.

GUILLAUMIN, C. Prática do poder e ideia de natureza. In: Ferreira, Verônica [*et al.*] (org.). **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014, 27-100, 188 p.

HARVEY, D. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX: Do fordismo à acumulação flexível. In: HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

INCERTI, T. G. V.; CASAGRANDE, L. S. Discutindo gênero na educação profissional e tecnológica: conquistas, desafios, tabus e preconceitos. **Cadernos Pagu**, 2021.

KERGOAT, D. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARÇAL, K. Capítulo 3 – Em que fica evidente que o homem econômico não é uma mulher. In: MARÇAL, K. **O lado invisível da economia**: uma visão feminista. 1ª ed., São Paulo: Alaúde Editorial, 2017, 37-47.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. 2ª ed. Ijuí: Unijuí, 2014.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação (Bauru)**, 2006, v. 12, 117-128.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por escrito**, 2014, v.5, n.2, 154-164.

PESSOA, M. F.; VAZ, D. V.; BOTASSIO, D. C. Viés de gênero na escolha profissional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, 2021, v.51.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ROSEMBERG, F. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PISNKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1ª ed., 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2018, 333-359.

SANTOS, A. R. **Reforma de ensino de 2º grau na conjuntura histórica da ditadura civil-militar (1964-1985)**: um estudo sobre as representações discursivas da lei nº 5692/71. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos. **Revista Brasileira de Educação**, 2007, v.12 n.34.

SILVA, F. F; RIBEIRO, P. R. C. Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher". **Ciência & Educação (Bauru)**, 2014, v.20, 449-466.

SOARES, C. B. *et al.* **Revisão da literatura com apoio de software**: contribuição da pesquisa qualitativa. 2ª ed. São Roque: Ludomedia, 2019.

UNGHERI, B. O. *et al.* Educação física, gênero e mercado de trabalho: percepções de mulheres sobre a futura área de atuação profissional. **Trabalho, Educação e Saúde**, 2022, v.20.